



Caó: cinco anos para racistas

128 Lobbies trabalharão contra

Dos 29 projetos de lei que foram vetados pelo presidente José Sarney, 14 estão merecendo um **lobby** ostensivo junto aos parlamentares, já que tratam de gratificações e aumentos na remuneração dos integrantes do Poder Judiciário. Para compensar a incidência de Imposto de Renda no total da remuneração (salário fixo + gratificação) de juizes e ministros de tribunais, o Congresso Nacional aprovou, no final do ano passado, um aumento superior a 100% que assegurava, à época, aos juizes, salário de aproximadamente Cz\$ 8 milhões (o equivalente a oito mil cruzados novos).

Para o Congresso, no entanto, o veto de maior importância política é o que trata do valor do novo salário mínimo. Para adequar o mínimo às exigências constitucionais, os parlamentares decidiram que a partir de dezembro passado o seu valor seria de Cz\$ 64.020,00 (o equivalente a NCz\$ 64,02). O pre-

sidente José Sarney, decidiu vetar o projeto integralmente. Assim, o mínimo continua obedecendo valores estipulados pela equipe econômica do Palácio do Planalto, sob a orientação da Secretaria de Empregos e Salários do Ministério do Trabalho.

Para que o Congresso consiga cumprir a nova Constituição, que lhe dá a competência para determinar o cálculo do novo salário mínimo, é necessário que o veto do presidente José Sarney seja derrubado pela maioria absoluta dos senadores e deputados.

Racismo

O Congresso tem ainda na pauta dos vetos presidenciais o projeto de lei do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) que determina as punições para os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que na nova Constituição são inafiançáveis. As penas, no projeto, variavam de seis meses a cinco anos de detenção e, apesar de já ser o início da regulamentação da

Constituição, o presidente Sarney acabou vetando-o parcialmente.

A instituição das Fundações Universidade Federal do Planalto do Araxá (MG) e em Gurupi (TO) também não mereceram a aprovação por parte do presidente. Recém-instalado, o Estado do Tocantins terá que aguardar por mais um tempo a sua Universidade Federal. A "Lei Sarney" do desporto amador também foi vetada totalmente pelo presidente. Este projeto concedia benefícios fiscais a quem oferecesse incentivos financeiros ao desporto.

Por discordar da redução feita no Congresso do pagamento das dívidas dos Estados, o presidente Sarney vetou parcialmente o Orçamento da União previsto para este ano. A medida suspende temporariamente a execução de programas governamentais como a distribuição da merenda escolar, já que a liberação destas verbas está proibida até que o Congresso tome uma decisão sobre o veto. (C.K)